

Sob o agouro de Hayek: notas sobre austeridade, democracia e autoritarismo

Mayra Goulart

Mayra Goulart

é professora adjunta de Teoria Política e Política Internacional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

E-mail: mayragoulart@gmail.com

FREIRE, André. *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*. Lisboa: Nova Vega, 2014. 150 p.

Resumo

Austeridade, Democracia e Autoritarismo, lançado em Portugal pela Nova Vega em 2014, é o mais recente livro de André Freire, Professor Auxiliar no ISCTE - IUL (Instituto Universitário de Lisboa). O trabalho consiste em uma compilação de artigos, publicados a partir do final de 2007 no periódico português *Público*, onde o autor é colunista desde março do mesmo ano. Não obstante, conforme buscar-se-á argumentar ao longo deste comentário, embora não tenham sido conectados a posteriori por enxertos narrativos, mantendo-se fiéis ao seu caráter conjuntural, o fio condutor dos textos reunidos no livro é evidente e partilhado também por outras obras do autor. Afinal, Freire tem se dedicado a escrever uma série de trabalhos sobre o estado da arte da democracia portuguesa. A resenha aqui apresentada, todavia, se concentrará sobretudo em sua análise crítica acerca da recepção das recomendações da Troika, no contexto da crise financeira internacional que atinge a Europa, no fim da primeira década do século XXI. Tal cenário, por sua vez, é lido pelo autor como *janela de oportunidade* para a adoção de medidas neoliberais, contrárias à vontade da maioria dos cidadãos, sendo esta uma interessante chave argumentativa para abordarmos a questão do *estelionato eleitoral*, que vez por outra assola as democracias representativas

Palavras-chave

Estelionato eleitoral; Portugal; Sistemas eleitorais; Sistemas Partidários; Neoliberalismo.

Abstract

Austerity, Democracy and Authoritarianism, launched in Portugal by New Vega in 2014, is the latest book by André Freire, Assistant Professor at ISCTE - IUL (Lisbon University Institute). The work consists of a compilation of articles, published from late 2007 in the Portuguese journal *Public*, where the author is a columnist since March of the same year. Nevertheless, as I will argue throughout this review, although they have not been connected a posteriori by a narrative effort, the central issue of the texts presented in the book is clear and also shared by other works of the author. After all, Freire has written a series of works about the state of the art of Portuguese democracy. The review presented here, however, will focus primarily on his critical analysis of the impact of Troika's proposals, in the context of the economic crisis that has recently worsened in Europe. This scenario, in turn, is interpreted by the author as a *window of opportunity* for the adoption of neoliberal measures, largely opposed to the will of citizens. This is an interesting

Sob o agouro de Hayek: notas sobre austeridade, democracia e autoritarismo

Mayra Goulart

argument to tackle, throughout this text, the problem of policy switch, that occasionally affects democracies representative.

Keywords

Policy Switch; Portugal; Electoral Systems; Party Systems; Neoliberalism.

Austeridade, Democracia e Autoritarismo, lançado em Portugal pela Nova Vega em 2014, é o mais recente livro de André Freire, Professor Auxiliar no ISCTE - IUL (Instituto Universitário de Lisboa). O trabalho consiste em uma compilação de artigos, publicados a partir do final de 2007 no periódico português *Público*, onde o autor é colunista desde março do mesmo ano. Não obstante, embora não tenham sido conectados a posteriori por enxertos narrativos, mantendo-se fiéis ao seu caráter conjuntural, o fio condutor dos textos reunidos no livro é evidente e partilhado também por outras obras do autor. Afinal, Freire tem se dedicado a escrever uma série de trabalhos sobre o estado da arte da democracia portuguesa. Dentre eles podemos citar: *Representação Política em Portugal*; *Crônicas Políticas Heterodoxas*; *Para uma Melhoria da Representação Política* (os três saíram em 2010, pela Sextante Editora); *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses e Esquerda e Direita na Política Européia* (publicados, respectivamente, em 2007 e 2006, pela Imprensa de Ciências Sociais).

Observando o título dessas obras, salta à vista como objeto preferencial as dinâmicas políticas que configuram a democracia portuguesa, em especial no que diz respeito aos possíveis obstáculos interpostos nos canais que vinculam Estado e Sociedade Civil. Tais canais, forjados por meio de mecanismos representativos responsáveis por estabelecer a conexão entre representantes e representados, têm sua capacidade atrelada ao devido funcionamento do sistema eleitoral e partidário. Por acreditar na importância de um vínculo representativo – que transcenda a virtualidade burkeana e a autorização hobbesiana, traduzindo-se em uma efetiva correia de transmissão entre as vontades da população e as políticas públicas adotadas pelo governo – o autor se dedica prioritariamente a analisar o desempenho de ambos sistemas, denunciando seus problemas e propondo-lhes soluções.

Para isso, ele recorre a comparações, inserindo o caso português na conjuntura europeia, de forma a conferir suas conclusões acerca do funcionamento das instituições democráticas em uma perspectiva abrangente, que transcende as fronteiras nacionais. A ameaça à democracia portuguesa é, em larga medida, uma ameaça que se estende a toda a Europa, cujas instituições transnacionais parecem mais comprometidas com os anseios do mercado do que com os de seus cidadãos.

Essa é a proposta da crítica, desenvolvida em *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*, acerca do comportamento das elites políticas nacionais frente aos imperativos da Troika, alheios à vontade daqueles com quem se supõe um vínculo representativo: os cidadãos. Como relata o autor em sua introdução, o livro recebeu preliminarmente o título *Governança Austeritéria*, pois um dos principais argumentos desenvolvidos ao longo do texto diz respeito à hipótese de que este panorama se configura como uma ameaça aos princípios de legitimidade que estruturam os sistemas políticos modernos em torno da efetividade da representação. Sob esta perspectiva, é o déficit democrático que caracteriza a recepção das medidas de austeridade propostas no contexto da crise financeira internacional, que emerge no fim da primeira década do século XXI.

Diante deste cenário, é interessante observar as conexões entre o problema e a solução, visto que estamos diante de uma crise internacional cujas causas estão ligadas à adoção de princípios neoliberais, em particular, conquanto à desregulação dos mercados de capital, sendo essas mesmas diretrizes utilizadas para formular as estratégias recomendadas pela Troika aos países por ela afetados. No entanto, é fundamental ressaltar que estas proposições contaram com o assentimento e foram escolhidas pelas elites governantes nacionais a despeito de outras alternativas possíveis e, o que é mais grave, sem contar com o assentimento da população.

616

Por isso, como nos alerta André Freire, em *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*, esta crise econômica se desenvolve em uma crise da democracia. Após lançar esta hipótese, o autor desenvolve um conjunto de argumentos que a fundamentam, indicando que as prescrições adotadas vão de encontro com os princípios que constituem o princípio de legitimidade democrática, no qual se sustentam os ordenamentos políticos desde a modernidade. Tal argumentação pode ser resumida nos quatro pontos aqui listados:

Houve uma espécie de estelionato eleitoral por parte dos partidos social democratas que teriam aplicado medidas radicalmente contrárias ao seu código genético e ao que prometeram nas campanhas;

Embora tenham sido recomendadas por atores internacionais, foram os cidadãos nacionais que arcaram com os custos dos ajustes neoliberais;

Os programas de austeridade são assimétricos (recaem mais sobre alguns setores da sociedade do que sobre outros);

As instituições da União Européia agiram como uma ferramenta de mercados e do capital financeiro, em vez de proteger os interesses dos cidadãos que supõem representar, atuando na defesa do Estado de bem-estar social e das garantias sociais conquistadas ao longo de séculos de lutas políticas (FREIRE, 2014: 138)

No tocante ao primeiro ponto, é fundamental recuperar a denúncia, elaborada ao longo do livro, acerca da responsabilidade das elites políticas nacionais frente a um discurso que visa escamotear o estelionato eleitoral. Nesta medida, a desvinculação entre as medidas adotadas e os compromissos contraídos com os cidadãos no momento das eleições são justificadas pela alegação de ausência de alternativas, perante imperativos externos alheios a vontade dos atores políticos no poder. Aqui soa deveras pertinente a recuperação de *A Troika como janela de oportunidade e a falácia de um PS alinhado à direita*, artigo de Freire veiculado no jornal português Público em 27/07/2013 e inserido no livro em questão.

No texto, o autor apresenta a hipótese de que a crise internacional e as recomendações da Troika podem ser lidas como uma excelente *janela de oportunidade* para implementar um projeto neoliberal, à revelia dos anseios de uma população amplamente favorável ao Estado social, na qual a esquerda moderada e radical atinge votações expressivas.¹

Entretanto, se por um lado este tipo de violação “reiterada e transversal aos diferentes partidos mina a confiança dos eleitores nos eleitos e, no limite, na própria democracia”; por outro, é fundamental considerar a ressalva do autor de que esse descompasso entre representantes e representados não é algo inédito na história portuguesa –ainda que se sobressaia em virtude da extensão, profundidade e gravidade das medidas adotadas.

Segundo Freire, o sistema político do país teria algumas singularidades que dificultam a representação dos interesses de parte considerável dos eleitores, sobretudo daqueles que votam em partidos de esquerda radical ou de extrema esquerda. Não obstante, para compreendermos o argumento de Freire é essencial atentar para seu comentário acerca das cisões na chamada Far Left, que reúne partidos europeus críticos à social democracia passíveis de serem divididos em dois grandes grupos, cada qual com suas segmentações internas. O primeiro incluiria os partidos de esquerda radical (PER) que defendem reformas profundas no capitalismo, porém aceitam a democracia liberal, ainda que defendam reformas para incrementar seu componente *participativo*. O segundo grupo inclui os partidos de extrema esquerda (PEE), mais hostis ao capitalismo e aos princípios que constituem a democracia liberal (representativa).

617

Sobre este problema, em artigo de 02/09/2007, denominado *Coligações e democracia: os dilemas da esquerda*, o autor esclarece que o sistema português se caracteriza por baixo grau de inovação e inclusão. De forma geral, quase não se estabelecem coligações à esquerda, uma vez que os partidos à esquerda do Partido Socialista (PS) não aceitam se coligar. Por este motivo, embora recebam expressivas votações, estas agremiações acabam não integrando o governo, gerando um viés à direita. De acordo com Freire, essa tendência se destaca quando o Partido Socialista tem seu papel comparado com outros sistemas partidários europeus, nos quais agremiações de mesmo espectro ideológico ('esquerda radical') se encontrariam presentes em diversas coligações governamentais.

Esse panorama revelaria, porém, um problema crônico de déficit de legitimidade, já que parte expressiva dos cidadãos não se vê representada, pois, após eleitos, boa parte dos parlamentares de esquerda se recusam a ingressar no bloco governista, inviabilizando uma efetiva representação dos interesses de seus eleitores nos processos decisórios. O problema seria, então, resultado de um desequilíbrio do sistema político português, na medida em que a direita consegue cooperar para governar e a esquerda não.

Esse "viés à direita", que caracteriza o sistema político português, ensejaria um descolamento entre o governo, e suas decisões tendencialmente afins aos princípios neoliberais, e os cidadãos, que em Portugal seriam particularmente ciosos de valores associados à esquerda. Tal afastamento, maximizado pela janela de oportunidade oferecida pelas recomendações da Troika, poderia ser minorado caso os partidos da esquerda radical portuguesa realizassem o mesmo processo de *aggiornamento* que teria permitido a diferentes agremiações de mesmo espectro no restante da Europa uma inserção nas suas respectivas coligações governamentais.

Sob este prisma fica patente a responsabilidade do Bloco de Esquerda (BE), do PS e do Partido Comunista (PCP) que, embora tenham posições ideológicas diferentes, caso se unissem, poderiam ter sido capazes de representar a rejeição dos portugueses aos imperativos da Troika.² Isto porque, "os partidos de esquerda radical são diferentes da social democracia neoliberalizada – mas também do comunismo e mesmo de um socialismo entendido como etapa transitória – apresentando uma recusa do afã privatizador e de uma postura acrítica em relação às recomendações neoliberais, sem defender, porém, uma coletivização geral da sociedade e da economia" (FREIRE, 2014: 52). Por não apresentar hostilidade para com a 'democracia liberal', a esquerda radical portuguesa fracassa pois poderia ter uma atuação mais efetiva, participando do governo e não apenas vocalizando críticas e denúncias.

Todavia, a despeito dessa partilha de culpas, é fundamental resgatar o alerta do autor de que este fracasso ameaça a própria democracia portuguesa. O sistema passa a padecer

de um crônico déficit de legitimidade, quando mesmo havendo um equilíbrio eleitoral entre as forças da esquerda e da direita, em virtude da desunião da primeira, o governo pende francamente para o lado da segunda. Um ciclo vicioso que mina a crença dos portugueses na democracia que atingiu, “em 2008, o ponto mais baixo desde 1985 (cerca de 20 por cento) e está abaixo de cerca de 30 países usados como comparação” (FREIRE, 2014: 94). Ademais, este problema se torna ainda mais grave diante da constatação de que a rejeição ao governo coexiste com a percepção de 61% da população de que a oposição não faria diferente.

618

A crítica do autor, porém, não se limita às fronteiras portuguesas. A dificuldade no estabelecimento de coligações de esquerda afeta também o Parlamento Europeu, abrindo espaço para os atores políticos comprometidos com princípios neoliberais que representam o interesse do capital mas são alheios à vontade da maioria da população do continente. Consequentemente, o maior entrave à democracia na Europa “é consubstanciado pela capitulação da democracia, da política, da vontade soberana dos povos, perante os mercados de capitais” (FREIRE, 2014: 143). Sendo assim, ‘a restrição à soberania dos Estados nacionais por parte das ‘forças de mercado’ equivale a uma restrição da liberdade de decisão democrática dos seus povos e ao aumento correspondente da do povo do mercado, cada vez mais imprescindível para o seu financiamento” (STREECK, 2013: 137 apud FREIRE, 2014: 143).

O desafio está claro e é explicitado no título de um artigo escrito pelo autor para o *Público* no início de 2013: *Reconciliar os portugueses com a política*. No texto, é retomada a investigação apresentada no livro: *Representação Política – o Caso Português em Perspectiva Comparada* (FREIRE e VIEGAS, 2009), que fundamenta a conclusão de que, no tocante ao funcionamento de sua democracia, os portugueses estariam mais insatisfeitos do que o resto dos europeus. Tal singularidade seria explicada pelo fato de que, além da dificuldade de convergência entre as esquerdas, passível de ser observada em outros países do continente, em Portugal o déficit de legitimidade resultante do afastamento entre representantes e representados é agravado por problemas no sistema eleitoral. Por isso, ao longo do texto, Freire declara apoio a uma proposta de reforma, levada a público a pedido do Partido Social Democrata (PSD), em favor do voto preferencial.

Desenvolvido com a contribuição do autor, o projeto visa à criação de pequenos círculos plurinominais com voto preferencial, o que permitiria aos eleitores a possibilidade de assinalar qual candidato dentro da lista do partido por ele escolhido conta com a sua preferência. Com essa alteração, seria possível estimular a proximidade entre representantes e representados, facilitando o *accountability* e a responsabilização dos segundos perante os primeiros, aumentando a representatividade do sistema. No entanto, a esses círculos regionais somar-se-ia um grande círculo nacional, garantindo que a reforma não reduza sua proporcionalidade e pluralidade, permitindo a representação de pequenos partidos que teriam dificuldade de eleger mandatários nos círculos regionais.

Como é possível observar, tais quais suas ressalvas acerca da importância da convergência das esquerdas, a proposta de reforma eleitoral defendida pelo autor tem como objetivo diminuir a distância entre as decisões do governo e a preferência dos eleitores, que teria facilitado a adoção de medidas alheias a sua vontade. Nesta medida, a ameaça à democracia ressaltada pelas investidas neoliberais da Troika, frente a um Estado de bem-estar admirado e desejado pelos portugueses, também pode ser explicada por fatores que transcendem esses imperativos externos, radicados no funcionamento do próprio sistema partidário e eleitoral do país. São estes fatores o objeto preferencial das intervenções de

André Freire, servindo, portanto, como fio condutor não apenas para os textos reunidos em *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*, mas, como elo que conecta o livro ao restante de sua obra.

619

(Recebido para publicação em setembro de 2014)

(Aprovado para publicação em junho de 2015)

Cite este resenha

FREIRE, André. *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*. Lisboa: Nova Vega, 2014. 150 p. Resenha de: GOULART, Mayra. Sob o agouro de Hayek: notas sobre austeridade, democracia e autoritarismo. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.6, N.2, pp. 613 – 619, setembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Conquanto ao memorando da Troika contendo um conjunto de recomendações ortodoxas a serem adotadas por Portugal, o autor cita pesquisas de opinião realizadas à época demonstrando que 41,5% dos inquiridos defenderam a ‘denúncia do memorando’, 41% a ‘renegociação’ e apenas 10,8% entenderam que o acordo deve ser cumprido” (FREIRE, 2014, p. 59).
2. É interessante assinalar a ressalva do autor de que a dificuldade de convergência entre as esquerdas, responsável por impedir a efetiva representação de parte do eleitorado, no âmbito governamental, se dá sobretudo em questões políticas e econômicas, já que temas ético-morais acabam se definindo não pela dicotomia esquerda x direita, mas pela oposição entre liberais e conservadores.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Joaquim. Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991). In: *Análise Social*, vol. xxix (125-126), 1994 (1.º - 2.º), 171-236.
- COSTA LOBO, Marina. A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991). In: *Análise Social*, vol. xxxi (139), 1996 (5.º), 1085-1116.
- FREIRE, ANDRÉ. *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*. Lisboa: Nova Vega, 2014.
- HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- SALGADO DE MATOS, Luis. O sistema político português e a Comunidade Europeia. In: *Análise Social*, vol. xxvii (118-119), 1992 (4.º-5.º), 773-787.
- STOCK, Maria José. O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do “Bloco Central” e análise dos dois parceiros da coligação. In: *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º, 45-82.